



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



ANDRE LUIZ DALL' AQUA

ÉTICA E POLÍTICA EM NICOLAU MAQUIAVEL

CANOAS, 2006

ANDRE LUIZ DALL' ACQUA

ÉTICA E POLÍTICA EM NICOLAU MAQUIAVEL

Monografia apresentada a banca examinadora do curso de Filosofia do UNILASALLE – Centro Universitário La Salle, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Gilmar Zampieri.

CANOAS, 2006

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRE LUIZ DALL' ACQUA

ÉTICA E POLÍTICA EM NICOLAU MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão aprovado como requisito parcial a obtenção do grau de licenciado do Curso de Filosofia do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, pelo avaliador:

Prof. Ms. Gilmar Zampieri

Canoas, 30 de dezembro de 2006.

"Contudo, sendo meu intento escrever coisas úteis àqueles que a lerão, parece-me mais conveniente conformar minhas palavras à verdade efetiva do meu objeto do que uma visão imaginária do mesmo." (MAQUIAVEL, 1998, p. 73).

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, quero dedicar a mim, pelo meu esforço, dedicação e empenho. Por acreditar, apesar de muitas vezes, pensar que não conseguiria chegar a concretizá-lo, que sou capaz de não desanimar frente aos empecilhos que apareceram e atrapalharam, mas também contribuíram no sentido da reflexão e amadurecimento pessoal.

Dedico este trabalho a todos os que me incentivaram e acreditaram em mim na possibilidade da realização deste. Agradeço sinceramente!

A todos os jovens com quem trabalho, que muito me instigaram para abordar este tema. Fizeram-me olhar, depositar esperanças numa sociedade melhor, e em uma vida pautada por valores morais; sobretudo, ter uma política mais honesta e transparente em nossa realidade.

Dedico-o aos meus amigos e amigas que também me auxiliaram diretamente ou indiretamente na construção desse trabalho, pelos questionamentos, apoio, ajuda, incentivo.

Dedico-o aos que comigo conviveram no período de estudos de graduação. Agradeço pela troca de conhecimento, pelos momentos de debate, questionamentos, reflexões, que auxiliaram para que eu chegasse até este momento.

Agradeço à Província Lassalista de Porto Alegre, os Irmãos que me apoiaram e incentivaram em especial, a Comunidade La Salle Canoas e La Salle Sapucaia, para a realização deste estudo.

Dedico a minha família pelo bom exemplo de ética e moral que me proporcionaram durante a minha formação. Pelo apoio, incentivo e orientação nos mais diversos momentos porque passei para chegar até aqui. Meu muito obrigado de coração, e saibam que eu amo muito vocês por estes e tantos outros fatores; que os tenho como estímulo e referência para meu agir moralmente correto.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas pela ajuda que me deram neste trabalho, e por suas presenças em minha vida.

À minha família - Luiz Ângelo, Clairene Tereza e Assis Roberto Dall' Acqua, pela força, apoio e incentivo, mesmo que distantes fisicamente.

Agradeço do fundo do coração a Eloi, Ledi e Edna Priscila Mota Machado, que os considero como sendo a minha segunda família, por todo apoio, dedicação, ajuda, compreensão e carinho que tiveram comigo. Vocês foram muito importante para a realização deste meu trabalho, e continuarão sendo para minha vida. Obrigado pelo bom exemplo de vivência no agir moralmente e eticamente correto.

Aos professores do UNILASALLE, especialmente do Curso de Filosofia, que me despertaram para a reflexão filosófica, pelas sábias orientações, que me impulsionaram a crescer e buscar sempre mais no estudos filosóficos.

Ao Professor Gilmar Zampieri, meu orientador neste trabalho de conclusão de curso, por despertar e me inserir nos estudos de filosofia política. Também, pelo auxílio e orientação, a minha admiração e agradecimento pela sua amizade.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e estudos, e outros que de diversas formas contribuíram e continuam contribuindo em minha vida para que eu chegasse até onde estou, e da maneira como sou. Obrigado a todos!

RESUMO

O objetivo central é apresentar a questão da separação entre ética e política em Nicolau Maquiavel. A referência central é sua obra O Príncipe. Maquiavel não admite um fundamento anterior e exterior a política (Deus, natureza ou razão). A finalidade da política não é, como diziam os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. Portanto, a lógica política nada tem haver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada porque, para Maquiavel, tudo é válido para manutenção e conquista do poder.
Palavras-Chave: Moral. Estado. Virtù. Fortuna. Poder.

ABSTRACT

The main objective of the research is to present the question of separation between ethics and politics in Nicholas Maquiavel. The central reference is his work The Prince. Greek the ethics out of the political community – the city as koinomia or community of. He does not admit a previous and exterior foundation to politics (God, nature or reason). The purpose of politics is not justice and common good, as the Greek, the Romans and the Christians said. Politics is not the rational logic of justice and the ethics, but the logic of the force transformed into logic of the power and the law. Therefore, the political logic has nothing to do with the ethical virtues of the individuals in their private lives because, for Maquiavel, everything is valid for the maintenance and conquest of the power.
Keywords: Moral. State. Virtue. Fortune. Power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A VIDA E O CONTEXTO HISTÓRICO DE NICOLAU MAQUIAVEL	11
2.1 A vida do autor	11
2.2 Contexto histórico.....	14
2.3 Recepção do Príncipe	18
3 A NOVA CONCEPÇÃO DE PODER NO PRÍNCIPE	20
3.1 O método de Maquiavel	20
3.2 As formas de governo e a reflexão sobre os principados.....	22
3.3 As formas de chegar ao poder e nele permanecer	24
3.4 O novo modelo de Estado	29
4 ÉTICA E POLÍTICA NO PRÍNCIPE	32
4.1 A moral e a política antes de Maquiavel.....	32
4.2 Moral e política no Príncipe de Maquiavel	37
4.3 A ruptura	39
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O que me motivou a desenvolver este trabalho, foi entender melhor a situação política em que nos encontramos neste momento. Compreender como se organiza a política em nossa sociedade, a partir do contexto de Nicolau Maquiavel, e entender as questões históricas da ética e da política. Toda esta separação entre o agir político e o agir moralmente correto.

Nos tempos atuais, nota-se um afastamento entre ética e política. Isso pode pôr em cheque toda a organização de um Estado e/ou nação, pois, geralmente acaba dando lugar à corrupção e à falta de confiança nos políticos.

É comum vermos denúncias de uso de fontes ilegais de recursos para o financiamento de campanhas eleitorais, desvios de fundos públicos, compra de votos, omissão perante denúncias de investigações, descaso para com o bem-estar da população (saúde, emprego, segurança...). Vemos, ainda, políticos legislando, usando o termo grego *polis*, em causa própria; aumentando seus próprios salários enquanto, discutem dias, meses, para um insignificante aumento do salário mínimo da população. E tantas outras corrupções que saltam aos olhos quando nos debruçamos a olhar o atual contexto.

Estas atitudes e ações, levam-nos à interrogação: é possível agir moralmente na política? Existe uma relação entre a moral e a política? Ou ambas são de lógicas diferentes? E outras tantas indagações seguem.

Todos estes aspectos nos remetem a um pensador, chamado Nicolau Maquiavel, que debruçou em reflexão acerca desta problemática, no início da modernidade. Escreveu o livro chamado “O Príncipe”, onde aborda a questão do agir do príncipe para a conquista e a manutenção do poder.

Em Maquiavel, a política identifica-se com o espaço do poder, enquanto atividade na qual se assenta a existência coletiva, e que tem prioridade sobre as

demais esferas da vida humana. A política funde-se com a realidade objetiva, com os problemas concretos das relações entre os homens: deixa de ser prescritiva e passa a ser vista como uma técnica, com leis próprias, atinente ao cotidiano dos indivíduos.

Para ele, a política deve preocupar-se com as coisas como são, em toda sua crueza, e não com as coisas como deveriam ser, com todo o moralismo que lhe é subjacente.

É sobre estes aspectos que me debruçarei neste trabalho de conclusão de curso de filosofia. Está baseado no livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel.

Do ponto de vista da sua organização, este trabalho está dividido em três capítulos, seguidos de uma conclusão que procurará abordar os principais aspectos elucidados no trabalho.

No primeiro capítulo, abordo o contexto histórico em que o autor se encontra. Um período marcado pela instabilidade política, pela guerra, pela intriga. A Igreja mantia uma grande influência no governo. Ela, legitimava seu poder na esfera transcendente. Havia muitas disputas para chegar a governabilidade dos principados. Nesse contexto, Maquiavel, após seu exílio, escreve a obra polêmica *O Príncipe* o qual, resultará nas mais diversas interpretações.

No segundo capítulo, parto do método que Maquiavel fundamenta toda sua teoria, que é um método empírico. Ele parte da análise histórica dos grandes homens e dos grandes acontecimentos do passado. A partir desta análise, ele formula sua teoria de como chegar ao poder e nele permanecer e propõe um novo modelo de Estado.

No terceiro e último capítulo, parto de uma sucinta análise de como era concebida a moral e política pelos Pré-socráticos, por Sócrates, por Platão, por Aristóteles, pelo cristianismo, e como Maquiavel aborda esta questão no *Príncipe*, para então entender, a ruptura que ele faz entre moral e a política.

Este trabalho não tem a pretensão de ser exaustivo e definitivo sobre esta problemática. Pretendo abordar um problema pontual, trazendo mais elementos de reflexão para permitir sempre novas interpretações, atribuindo, com isso, aos leitores a tarefa de formar sua própria opinião.

2 A VIDA E O CONTEXTO HISTÓRICO DE NICOLAU MAQUIAVEL

Para melhor entendermos o pensamento de Nicolau Maquiavel, convém que conheçamos a sua vida, bem como, ter noção dos acontecimentos históricos que influenciaram o seu pensamento e como será concebida a sua obra intitulada *O Príncipe*.

2.1 A vida do autor

Alguns escritores o identificam como apenas um historiador; outros dizem que, além de historiador, foi um importante filósofo político. A verdade é que *Niccoló Machiavelli* - entre nós Nicolau Maquiavel, nascido em Florença, Itália, em 03 de maio de 1469, e falecido em 20 de junho de 1527, dedicou grande parte de sua vida ao desenvolvimento e entendimento das maneiras de governar e manipular o poder. Pode-se dizer, ainda, que Maquiavel desenvolveu a ciência política (a arte de governar), tendo como principal engrenagem o poder centralizado para a criação e a defesa de um Estado forte.

Foi o terceiro dos quatro filhos de Bernardo Machiavelli e Bertolomea Nelli. Pertencia a uma família tradicional, embora não fosse rica. Foi um dos mais originais pensadores do Renascimento. Durante os séculos XVI e XVII, seu nome era sinônimo de crueldade. Na Inglaterra, seu nome tornou ainda mais popular o diminutivo *Nick*, para nomear o diabo, não havendo pensador mais odiado nem mais incompreendido do que Maquiavel. A fonte deste engano é o seu mais influente e lido tratado sobre o governo, *O Príncipe*, um pequeno livro em que tentou criar um método de conquista e manutenção do poder político.

A vida de Maquiavel cobriu o período de maior esplendor cultural de Florença, assim como o do seu rápido declínio. Esse período, marcado pela instabilidade

política, pela guerra, pelo intriga, e pelo desenvolvimento cultural dos pequenos Estados Italianos, assim como dos Estados da Igreja, caracterizou-se pela integração das rivalidades italianas no conflito mais vasto entre a França e a Espanha pela hegemonia europeia, que preenchem a última parte do século XV e a primeira metade do século XVI.

Maquiavel serviu na administração da República de Florença, de 1498 a 1512, na segunda Chancelaria, tendo substituído Adriani, e como secretário do Conselho dos Dez da Guerra (*Dieci di Libertà et Pace*), a instituição que na *Signoria* tratava da guerra e da diplomacia. Tornou-se um conhecedor profundo dos mecanismos políticos e viajou incessantemente participando em vinte e três embaixadas a cortes italianas e europeias, conhecendo vários dirigentes políticos, como Luís XII de França, o Papa Júlio II, o Imperador Maximiliano I, e César Bórgia. Como destaca Cortina, “Nessa época Maquiavel pôs em prática sua firme convicção de que a República deveria abandonar a utilização de tropas mercenárias, dando início à formação de um exército próprio, constituído apenas por florentinos (1999, p. 121).”

Seu pai, um advogado, era estudioso em humanidades, influenciado pelos ventos da Renascença que sopravam pela Itália. Empenhou-se para que o filho tivesse uma educação dentro dos melhores padrões. Aos sete anos Nicolau, estudou matemática e latim e, com oito, entrou na escola de Battista de Poppi. Aos doze estudou com o latinista Paolo.

Sua infância e juventude corresponderam, ao desabrochar de uma nova era, a Idade Moderna, que soterrou em um vendaval de transformações as antigas instituições medievais. Foi uma época de efervescência, particularmente rica e conflituosa, epicentro de grandes crises e, ao mesmo tempo, geradora de magníficas soluções. Para se ter idéia de fato, Maquiavel conviveu e foi um importante protagonista do Renascimento Intelectual. Foi contemporâneo dos grandes descobrimentos marítimos e da Reforma protestante. Espectador e gestor de um novo tipo de Estado, o Estado Moderno Centralizado, que aboliu os particularismos políticos feudais e instalou o absolutismo monárquico, forma de governo que prevaleceria até o início da Idade Contemporânea.

Foi durante o seu exílio em San Casciano, quando tentava desesperadamente regressar à vida pública, que escreveu as suas principais obras: *Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, *O Príncipe*, *A História de*

Florença, e duas peças: *La Mandragola (A Mandrágora)*, de 1515, publicada em 1524, e *Andria*. Também escreveu o tratado *Arte Della Guerra (A Arte da Guerra)*, de 1519-1520. Muitas destas obras, como *O Príncipe*, foram escritas com a finalidade expressa de conseguir uma nomeação para o governo dos Médicis.

A extraordinária novidade, tanto dos *Discursos* como de *O Príncipe*, foi a separação da ética e política. A tradição grega ligava ética à política, não concebia a separação. Aristóteles tinha resumido esta posição quando definiu a política como uma extensão da ética.

Comparato nos diz:

A prematura desarticulação da sociedade feudal que explica as duas principais características do meio social itálico, a partir do século XIV, características que mais claramente anteciparam os tempos modernos: o individualismo e a utilização do poder político como técnica de engenharia social. (2006, p. 157).

A vida de Maquiavel correspondeu a um tempo de indefinições estruturais: a ordem feudal fora devastada pelo crescimento das cidades e pelo fortalecimento crescente de atividades mercantis, artesanais e financeiras, que a cada dia mais se incompatibilizavam com a economia agrária, baseada no feudo auto-suficiente e na exploração servil do trabalho. Embora o feudalismo resistisse, como continuaria a fazer ainda no século seguinte, era obrigado a abrir cada vez mais espaço para novos conceitos e padrões.

Como nos diz Viroli (2002, p. 19), “Durante toda a vida, Nicolau empregou suas energias no intuito de convencer os poderosos da Itália a libertar o país do domínio dos estrangeiros que mandavam e desmandavam com seus exércitos.”

Em meio a tudo isso, Maquiavel ansiou por um Príncipe que salvasse Florença, que construísse um Estado novo, fazendo a cidade prosperar. Este era o grande anseio com que sonhava Maquiavel.

Enfim, em 1527, o saque de Roma pelas forças do imperador Carlos V, do Sacro Império, libertou Florença do jugo dos Médicis. O acontecimento foi saudado por Maquiavel, que via nele a possibilidade de voltar ao comando da chancelaria. Mas os novos poderosos da República esqueceram-se do amor que ele sempre teve pela cidade e por sua liberdade. Os republicanos acusaram-no de traição aos princípios republicanos, por ter prestado serviço aos Médicis e ter sido expulso de seu governo. Foi o último de seus desapontamentos. Pouco depois, contraiu doença da qual não se recuperou, vindo a falecer em 21 de junho de 1527.

2.2 Contexto histórico

Para entendermos o pensamento de Maquiavel, convém saber o quê estava acontecendo em seu período histórico. Ele viveu durante a Renascença italiana, o que explica boa parte de suas idéias. Nedel contribui para que entendamos ainda melhor o pensamento de Maquiavel:

Maquiavel formou seu pensamento primordialmente na escola da vida e na lição da história. A experiência que teve durante o exercício do cargo de Segundo Chanceler, em sua pátria e no exterior, se reflete a cada passo em sua obra. O retrato disso grandes líderes que conheceu, e suas lições, aparecem nos seus escritos. (1996, p. 19).

Os dois alicerces em que se baseava a estrutura medieval de poder, o clero e a nobreza, já não conseguiam manter sozinha a hegemonia política. A trama de dominação que, partindo do feudo, se erguia em um complexo escalonamento de poder até chegar ao rei, já fora substituída por uma outra composição, que incluía os burgueses ligados às corporações de ofício e de comércio e os grandes financistas.

O Estado feudal, marcado pela descentralização política, onde cada nobre tinha parcela de soberania que se expressava no direito de ter o seu próprio exército, sua justiça, sua moeda e seu sistema tributário, cedia lugar ao Estado moderno, centralizado e unificado. A idéia de governo absoluto, totalmente estranha aos padrões medievais, era agora a palavra de ordem.

Viroli nos ajuda a entender melhor este aspecto, quando diz:

Enquanto nos palácios nutriam a arrogância das grandes famílias e a corrupção dos costumes, a inexistência de um exército bem disciplinado colocava a liberdade de Florença em perigo constante. Para defender e manter o domínio sobre outras cidades da Toscana, os Florentinos recorriam aos chefes mercenários e às milícias, que, se tivessem a oportunidade de lucrar mais passando ao campo inimigo, faziam-no sem vacilar. (2002, p. 27).

O poder, na Idade Média, era sempre limitado. O do rei, pelos nobres; os destes pelas imposições do costume, da tradição ou da “vontade de Deus” que compunham uma constituição invisível, por assim dizer, assegurando garantias contra o arbítrio dos poderosos até ao mais humilde servo de gleba.

Tudo isso se passava sob as bênçãos e a rígida fiscalização da Igreja Católica. No quadro de parcelamento de poder do feudalismo, a Igreja constituía um verdadeiro super-Estado, territorialmente apoiado nas possessões pontifícias, localizadas no centro da Itália e mais sobre amplos domínios territoriais espalhados

por toda a Europa ocidental. O poder da Igreja medieval era forçado por um vasto arsenal ideológico, um código severo de leis canônicas, além de tribunais eclesiásticos quase sempre disposto a antecipar para este mundo o julgamento e as penas que as almas deveriam sofrer apenas no além-túmulo.

A reação contra a Idade Média, chamada pelos humanistas do Renascimento de “Idade das Trevas”, alcançava todos os valores e instituições, principalmente o da Igreja. A burguesia invocava novos valores cosmopolitas; ridicularizava a nobreza e seus atributos e transformava a Igreja em alvo de severas críticas.

A crítica era um exercício cotidiano, que se contrapunha à aceitação passiva de verdades absolutas, que durante séculos a Igreja tinha patrocinado. Os homens cultos voltavam-se para padrões clássicos, buscando inspiração e modelos na Grécia e na Roma antiga.

Na Itália do Renascimento reinava grande confusão. A tirania imperava em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gerava situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários eram capazes de manter os príncipes. Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituíam o eixo da administração. Como o poder se fundava exclusivamente em atos de força, era previsível e natural que pela força fosse deslocado, deste para aquele Senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimavam e ele tinha que contar exclusivamente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criavam um vazio, que as mais fortes individualidade tinham para ocupar.

A partir de 1434, Florença foi submetida ao poder da família Médici, que eram o maiores banqueiros da cidade e estavam entre os mais importantes da Europa. O poder dos Médici, príncipes modernos, que fundamentaram sua força não em atividades feudais, e sim na dinâmica artesanal, mercantil e financeira, era exercido respeitando instituições comunais e republicanas seculares. Viroli, descreve este aspecto da seguinte forma:

O poder dos Médici tornou-se praticamente indiscutível a partir de 1434, quando Cosme, o Velho, voltou triunfante de Exílio impelido por seus inimigos. Em pouco tempo, Cosme conseguiu reduzir a miséria ou ixilar todos aqueles que eram capazes, por riquezas ou influência, de prejudicar seus projetos (2002, p. 29).

A concentração de poder da família era, por assim dizer, informal e decorria do papel preponderante que ela exercia nos organismos da administração de Florença. Desta maneira, ludibriava o povo e conquistava o poder.

Cosme, o velho, e seu neto Lorenzo o Magnífico, governaram a cidade em momentos muito difíceis para a Itália, então envolvida em lutas contínuas entre os diversos Estados que formavam a Península, principalmente com as repúblicas de Veneza e de Florença, o ducado de Milão, o Estado da Igreja e o Reino de Nápoles. Cosme e Lorenzo favoreceram uma política pacificatória, particularmente Lorenzo, que passou à história como o artífice da assim chamada política de equilíbrio, isto é, uma rede de alianças que tentava impedir que qualquer daqueles Estados alcançasse o predomínio sobre os outros.

Embora os Médicis não tivessem tomado diretamente a direção do governo, eles criaram verdadeiramente uma ditadura familiar, buscando juntar no seu sistema de poder outras famílias importantes da Cidade e atraindo o povo para seu lado, como se manifestou por ocasião de uma conspiração com a qual membros da família Pazzi tentaram eliminar Lorenzo e seu irmão Giuliano, que foi morto. Nesta circunstância a cidade inteira tomou partido de Lorenzo e por isso o poder dos Médicis saiu reforçado.

Além disso, deve-se salientar que os Médicis eram amantes das artes. Cosme fundou a Academia platônica, que foi a base do redescobrimento da filosofia de Platão no Renascimento, e ordenou a construção e a decoração de palácios e igrejas. Lorenzo, por sua vez, era um ótimo poeta e se cercou de grandes artistas, entre eles, Michelangelo. Leonardo da Vinci e Brunelleschi receberam encargos e proteção dos Médicis, que, sem dúvida contribuíram para que Florença se tornasse a magnífica cidade que ainda é hoje.

Lorenzo morreu em 1492, num momento de grandes tensões internas. Subiu ao poder um frade dominicano Girolamo Savonarola, responsável pela instalação de uma república teocrática, onde o poder era atribuído nada menos do que o de Cristo. É, de certo modo, uma antecipação radical da Reforma protestante que Lutero e Calvino conduziram alguns anos depois.

O filho de Lorenzo, Piero, não estava à altura dos desafios de então. Precipitando as coisas, o Rei da França, Carlos VIII, resolveu marchar com seu exército sobre a Itália, para reclamar a coroa de Nápoles. Os franceses penetraram na península sem encontrar resistência: Piero de Médici foi ao encontro do Rei para

garantir-lhe a aliança de Florença e lhe entregou algumas fortalezas do litoral toscano. Quando esta notícia chegou à cidade, os florentinos, indignados com a covardia, rebelaram-se. O partido republicano conseguiu expulsar os Médicis e instaurar uma nova república. O novo governo resistiu à passagem do exército francês, mas perdeu a cidade de Pisa, que, aproveitando-se da situação, declarou sua independência.

Savonarola, o profeta desarmado, como Maquiavel o denomina, terminou na fogueira, em 1498, pois atacara violentamente o Papa Alexandre VI, um dos mais corruptos da história da Igreja. O governo da cidade ficou nas mãos das famílias excluídas do poder pelos Médicis, e Piero Soderini foi nomeado *gonfaloniere* (chefe do governo) perpétuo. No mesmo ano da morte do frade, Nicolau Maquiavel foi nomeado, aos vinte e nove anos, secretário da Segunda Chancelaria.

A frágil governabilidade de Carlos VIII acabou mostrando como era fácil entrar no país, e outros estrangeiros seguiram seu exemplo. A península tornou-se, então, o cenário de longas e ferozes lutas entre França, Espanha e o Império Alemão, sendo atravessada por exércitos mercenários que levavam consigo violência, devastação e pestilências. Os pequenos e fracos Estados italianos tornaram-se espectadores impotentes, buscando continuamente aliança e proteção do mais poderoso entre os pretendentes.

Com este propósito Maquiavel foi enviado pelo governo republicano a Florença, à Alemanha e a outros lugares, para tratar da aliança com os soberanos ou seus ministros. A república florentina foi ameaçada inúmeras vezes, pelos exércitos imperiais e por César Bórgia, o feroz filho do Papa Alexandre, que intencionava estabelecer seu domínio sobre toda a Itália central. Por fim, em 1512 as tropas espanholas – a pedido do novo papa, Leão X, um Médici, conquistaram Florença. A república se revelou incapaz de se defender com a sua pouca eficiente e pouco treinada milícia cívica, instituída graças à insistência de Maquiavel. Soderini foi exilado e Maquiavel demitido. Lorenzo de Médici, bisneto de Lorenzo, o Magnífico, tomou o poder, instaurando de fato a ditadura.

Todo este cenário eloqüente pode ser resumido em uma palavra: *transição*. Mudança de instituições e de valores em uma velocidade alucinante, em um ritmo muito rápido, surpreendendo a civilização ocidental cristã, o que caracteriza, portanto, uma situação verdadeiramente revolucionária.

Reale nos ajuda a entender este quadro dizendo o seguinte:

Certamente, a brusca mudança de direção que encontramos nas reflexões de Maquiavel, explica-se em larga medida pela nova realidade política que se criara em Florença e na Itália, pressupõe grande crise de valores morais que começava a grassar. Era não apenas a divisão entre “ser” (as coisas como elas efetivamente são). E “dever ser” (as coisas como deveriam ser para se conformarem aos valores morais), mas também elevava essas divisões a princípios e a punha da nova visão dos fatos políticos. (2003, p.127).

A partir dos fatos que presenciou, e de todo o contexto histórico, fica fácil entender que aquilo que Maquiavel fez, foi ater-se à realidade de como as coisas efetivamente acontecem, sem se perder na busca de como as coisas deveriam acontecer. São coisas distintas, neste sentido, “deve ser” do “ser”. É sobre estes aspectos que ele desenvolve seus escritos e pensamento.

2.3 Recepção do Príncipe

Quase não há, na história do pensamento político, livro que tenha provocado tantos debates e comentários e tido tanta influência como *O Príncipe* de Maquiavel. Ao mesmo tempo, não há outro livro que, além de ser tão discutido, tenha sido interpretado de maneiras tão diversas e contraditórias como esse.

Sobre a influência de Maquiavel e de *O Príncipe*, em particular na história da política, precisaria, sem sombra de dúvida, ser tratado à parte. Contudo, é importante destacar aqui duas linhas principais de interpretação: uma, que considera Maquiavel uma espécie de demônio e o seu livro, uma obra diabólica (tanto no sentido religioso, quanto no sentido metafórico); outra, que o considera um gênio incomparável e inovador, pioneiro no reconhecimento das verdadeiras leis da política.

O primeiro “anti-Maquiavel” foi o cardeal inglês Reginald Pole, que definiu *O Príncipe* como “obra do satã”, iniciando uma leitura condenatória do livro, que acabou sendo proibido pela Igreja Católica. Em 1576, Innozenz Gentillet publicou, anonimamente, um livro sobre o “bom governo” com o título “contra Nicolau Maquiavel Florentino”, acusando-o de ateísmo, de imoralidade e de ter fornecido a base intelectual para as guerras religiosas. Nos dramas ingleses de Marlowe ou Shakespeare, o nome de Maquiavel é sinônimo de objeção, hipocrisia, crueldade e desejo ilimitado de poder, e a sua figura chegou a ser considerada a personificação do diabo. Em seu livro, Aranha escreve sobre este aspecto o seguinte:

[...] Outros surgiram acusando Maquiavel de ateísmo, paganismo, e de fazer a apologia do crime. A expressão Old Nick (Velho Nicolau) torna-se o apelido do diabo. Diz a lenda que em San Cassiano ninguém queria habitar a morada, temendo conviver com o demônio. (1996, p. 8).

Aranha (1996, p. 8-9) também se refere a este adjetivo empregado a Maquiavel dizendo que “maquiavelismo tornou-se, acima de tudo, a representação em grau mais alto do mal”.

No século XIX, o aspecto do pensamento de Maquiavel que recebeu mais atenção, particularmente na Itália e na Alemanha (países que, devido à fragmentação política, assemelharam-se, naquela época, à Itália do Renascimento), foi o patriotismo e a sua idéia de unificação nacional. A partir dessa época e, particularmente, por mérito do historicismo alemão, tem início uma recepção mais objetiva, tanto da figura como do pensamento de Maquiavel, que são postos e estudados no seu contexto histórico, permitindo assim, uma leitura menos ideológica e mais atenta à dimensão histórica.

E é nessa perspectiva que os estudiosos contemporâneos observam os estudos de ambos, Maquiavel e *O Príncipe*. Nesse contexto, particularmente, é importante o renovado interesse pela outra obra política de Maquiavel, os Comentários, interesse este que permitiu falar novamente de um Maquiavel republicano sem, porém, como fez Rousseau, considerar *O Príncipe* como resultado de uma astuta simulação.

Autores como Isaiah Berlin e Quentin Skinner, estudiosos do universo maquiavélico, constataram que o traço de maior originalidade de Maquiavel é a preocupação em romper e até mesmo denunciar a ingenuidade das teorias políticas de seus contemporâneos. Munido por um espírito empírico e realista, Maquiavel traçou as bases de uma nova concepção política referente ao conceito de virtú, o que fez de *O Príncipe*, alvo de equivocadas interpretações.

3 A NOVA CONCEPÇÃO DE PODER NO PRINCÍPE

Colocada as bases, se preferirmos, os elementos sobre os quais vai ser erguida toda a teoria de Maquiavel, serão apresentados, a seguir, como ele concebe o poder em sua obra. Partimos do método que norteia todo seu pensamento em seguida, desenvolveremos o entendimento referente as formas de governo e as formas de conquista e permanência no poder que Maquiavel defende por fim, abordaremos sobre o novo modelo de Estado.

3.1 O método de Maquiavel

Maquiavel interpreta seus escritos como compêndios de conselhos práticos e de instruções para a ação. A respeito de seu método, a argumentação de Maquiavel distingue-se daquela dos pensadores posteriores, como Hobbes, sobretudo pelo seu caráter indutivo. Maquiavel não quer estabelecer regras da política, mas identificar as regularidades presentes nela. Seu método se caracteriza, portanto, por um recurso à história e à empiria. Maquiavel fundamenta toda a sua teoria na história dos grandes homens e dos grandes feitos do passado. Segundo ele:

[...] os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa. (MAQUIAVEL, 1996, p. 24).

O objeto de suas reflexões é a realidade política, pensada em termos de prática humana concreta, e o centro maior de seu interesse é o fenômeno do poder formalizado na instituição do Estado. Não se trata de estudar o tipo ideal de Estado, mas compreender como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem num determinado tempo e espaço. Bem coloca Cortina:

Com relação ao tempo e ao espaço, especificamente, pode-se perceber que Maquiavel irá defender que todo sujeito que pretende manter-se no poder deve ter uma visão mais clara das condições históricas que condicionam suas atitudes, suas decisões. Segundo ele, nem sempre as mesmas ações surtem os mesmos efeitos em diferentes situações. É preciso que o Príncipe tenha capacidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará determinada ação. (1998, p. 131).

Contudo, esse exame empírico depende de uma filosofia da história baseada no princípio de que o fenômeno histórico não é linear, mas constituído por ciclos, ou seja, Maquiavel acredita que a observação dos fatos passados é essencial para o estudo do presente. Baseando-se nesse princípio, Maquiavel retornará ao passado clássico greco-romano exemplificando os processos históricos, diz o autor:

Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder. Assim, como disse, dois agindo diferentemente alcançam o mesmo efeito, e dois agindo igualmente, um vai direto ao fim e outro não. Disso dependem também as diferentes prosperidade, pois se um se conduz com cautela e paciência e os tempos e as coisas lhes são favoráveis, o seu governo prospera e disso lhe vem a felicidade. Mas se os tempos e as coisas mudam, ele se arruína, por que não alterou o modo de proceder. Não se encontra homem algum tão prudente que saiba acomodar-se a isso, quer por não poder-se desviar daquilo que a natureza o impele, quer porque, tendo alguém prosperado num caminho, não pode resignar-se a abandoná-lo. Ora, o homem circunspecto, quando chega a ocasião de ser impetuoso, não o sabe ser, e por isso se arruína, porque, se mudasse de natureza, conforme o tempo e as coisas, não mudaria de sorte. (1998, p. 104).

Nesse sentido, Maquiavel determina as causas da prosperidade e da decadência dos estados antigos, compondo assim, um modelo analítico para o estudo das sociedades contemporâneas, sem contudo, desprezar as peculiaridades da circunstância sob a qual se pretende agir. Os elementos básicos definidores do método maquiavélico são: **utilitarismo** "escrever coisa útil para quem, a entenda; **empirismo** – "procurar a verdade efetiva das coisas"; **antiutopismo** – "muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos"; **realismo** – "aquele que abandona aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer, conhece antes a ruína do que a própria preservação".

Maquiavel, segundo Pinzani, não desconhecia o método dedutivo, mas repreendia os pensadores que o utilizavam, pois, na sua opinião, eles permaneciam distantes da realidade concreta das coisas, daquela que Maquiavel chama "verità effettuale", ou seja, verdade efetiva. Tal verdade se deixa compreender tão somente através do conhecimento e da correta interpretação da história. O homem político em busca de orientações para seu agir deveria escolher exemplos históricos e segui-

los, ao invés de imaginar uma realidade que nunca existiu ou que se poderia encontrar só nos escritos de filósofos como Platão ou Aristóteles.

Ao delinear tais ensaios políticos, Maquiavel rompe com a tradição humanista baseada na metafísica, ou seja, em conceitos ideais de sociedade. Esse rompimento com o pensamento político anterior (escolástica) é caracterizado pela defesa do método empírico, isto é, o objetivo de suas reflexões é a realidade política, pensada em termos da prática humana concreta.

3.2 As formas de governo e a reflexão sobre os principados

Ao invés de reproduzir a conhecida forma encontrada na filosofia política dos antigos, que separava os regimes em *Monarquia* (o governo de um só), *Oligarquia* (o governo de um grupo) e *Democracia* (o governo de muitos), Maquiavel identifica apenas dois tipos de regime: as *Repúblicas* (o governo em comum) ou os *Principados* (em geral governo de um homem só que pode exercê-lo por herança, por indicação, ou pela força). Devido ao fato de já ter escrito sobre a *República* nos *Discorsis*, ele se detém nos *Principados*.

Maquiavel não atribuía interesse aos *Principados Hereditários*, pois são demasiados estáveis, demasiados fáceis de se manter: “Afirmo que é muito menor a dificuldade de conservar os Estados hereditários, onde arraigou-se a linhagem do seu príncipe, que os novos Estados, porquanto para tanto bastará não preterir a ordem ancestral.” (MAQUIAVEL, 1998, p. 06).

Em seguida, o autor propõe-se a examiná-los com profundidade, de acordo com suas características, inicialmente os hereditários e os mistos. Sobre estes, é interessante ressaltar de sua análise que estes são os menos tangíveis de dominação por parte de um usurpador qualquer e também os de maior capacidade de conservação de poder, devido à força existente no comando de um príncipe de uma linhagem de comando já tradicional. A respeito dos principados mistos, pode-se dizer que sejam um desdobramento, uma continuação, de um Estado já existente. “[...] No tempo e na longa sucessão do poder hereditário embotam-se a memória e as razões de toda inovação, pois que sempre uma mutação deita as bases para a edificação de outra.” (MAQUIAVEL, 1998, p. 06).

Sobre estes, Maquiavel tem por ponto central a forma de controle, que pode ser fácil ou problemática. Nesse caso, aponta algumas soluções, tais como:

eliminação da linhagem de nobres que os dominava, e não alteração da organização de leis e impostos preexistentes, instalação de colônias ou a mudança do novo dominador para o local conquistado. Mas deve ficar bem claro, que o ponto central de apoio a um novo Estado dominante é que os povos dominados (e também seus vizinhos) o apóiem. Aliás, na questão das leis, o autor dedica um capítulo da obra para tratar apenas desse assunto, apontando a maneira com que se devem governar as cidades ou principados que, antes da conquista, tinham leis próprias. A partir daqui, o autor inicia a utilização de diversos exemplos para ilustrar as características que se propõe descrever a partir daqui.

As verdadeiras dificuldades, tanto para conquistar quanto para conservar encontram-se nos Principados Novos, porque a chegada repentina ao poder de um senhor desconhecido, sempre termina por desgostar os que antes estavam no governo sem que ele tenha ainda a adesão ou a benquerença do povo.

Agrega-se a isso o fato de a nova ordem ter redobradas dificuldades em estabilizar-se quando implantada num território estranho, com outra língua e costumes. A melhor e mais segura maneira de dominar uma região conquistada, como ensinaram os romanos, é ir habitá-la ou colonizá-la:

[...] Morar nas terras por ele conquistadas seria uma das mais agudas e eficazes medidas a serem adotadas pelo Príncipe. Isto faria mais segura e mais duradoura a sua posse [...]. Uma outra excelente medida é enviar colonos, assentando-os em uma ou duas zonas do principado. Os colonos servirão como verdadeiros grilhões deste Estado [...] Concluo que estes colonos não oneram o Estado, são mais fiéis ao Príncipe e melindram menos os súditos locais. [...]. (MAQUIAVEL, 1998, p.10).

A ocupação militar direta, insiste Maquiavel, é instável e muito custosa: a "guarda armada é inútil". Há, pois, regras de dominação que devem ser seguidas sem as quais o príncipe facilmente perde o que conseguiu pelas armas. Não há, da parte dele, nenhuma censura no fato de haver a invasão de um país. O florentino acha "natural e comum o desejo de conquistar" e, quando há sucesso na empreitada, poucos príncipes são censurados por isso.

Para Maquiavel, o principado civil é aquele em que um cidadão comum torna-se príncipe de sua pátria pelo favor de compatriotas. Segundo Maquiavel, "[...] à chefia do qual não se ascende necessariamente com o concurso de todas as condições favoráveis mas, antes, com uma venturosa astúcia, eu assevero que tal ascensão dependerá ou do apoio do povo, ou do apoio dos poderosos. [...]" (MAQUIAVEL, 1998, p. 45). Partindo desse princípio, denota-se que, para a

chegada do cidadão comum ao principado, é necessário conquistar a simpatia de uma destas facções, que o levará a atingir seus objetivos:

Isto porque em qualquer cidade se encontram estas duas disposições contrárias, as quais decorrem de que o povo não deseja ser comandado nem oprimido pelos grandes e de que estes desejam exatamente o inverso. Desses dois aspectos advêm nas cidades um destes três efeitos: ou um governo (principato) forte, ou liberdade, ou desordem. (MAQUIAVEL, 1998, p. 45).

Por fim, Maquiavel trata dos principados eclesiásticos os quais, são mantidos pela tradição da religião, que atribui a regência em razões superiores àquelas que alcança o saber humano. Esta força é tão grande que mantém o seu príncipe no governo, independente da maneira de proceder e de viver. Maquiavel afirma “[...] somente estes principados são seguros e felizes [...]” (MAQUIAVEL, 1998, p. 53), devido às condições que o domínio religioso oferece a estes príncipes que detém o Estado.

Portanto, sob estes fatores e mais, como a Igreja detinha grandes territórios e um poder econômico considerável, ficava fácil investir nos exércitos e em armas quando precisasse. Tudo Isso, contribuía para que este principado, fosse mais seguro e com mais instabilidade na visão Maquiavel.

Temos, assim, compreensão das formas de governo na concepção de Maquiavel. Abordo, no próximo tópico, quais são as formas de se chegar ao poder e nele permanecer.

3.3 As formas de chegar ao poder e nele permanecer

É no capítulo XIV e XV, que Maquiavel aborda a questão de como proceder para *manter-se no poder*. O primeiro conselho dado por Maquiavel é que o príncipe deve deixar de ser bom, quando a ocasião assim exigir:

Ora, um homem que de profissão queira fazer-se permanentemente bom não poderá evitar a sua ruína, cercado de tantos que não são. Assim, é necessário a um príncipe que deseja manter-se príncipe aprender a não usar (apenas) a bondade, praticando-a ou não de acordo com as injunções. (MAQUIAVEL, 1998, p. 78).

Na verdade, o que ele está propondo é uma divisão da moral: por um lado, a moral dos homens; por outro a moral do Estado. Esta deve sobrepor-se àquela, sempre que estiverem em jogo a posse e a unidade do principado.

O segundo é que não se deixe dominar pelo comportamento liberal, porque isso pode torná-lo pobre e necessitado, que o levará a ser arrebatador, e conseqüentemente, odiado pelo povo. Assim descreve Maquiavel:

Se quiseres fundar no seio do povo teu conceito de homem liberal, não deverás negligenciar nenhum tipo de munificência. Não obstante, o príncipe que proceder sempre desta forma consumirá nestas ações todos os seus recursos, e finalmente ver-se-á forçado- em querendo manter a sua fama de liberal- agrave extraordinariamente o povo, a exercer um poder fiscal e a lançar mão de todos os meios para arrecadar dinheiro. Isso tudo o fará malquisto pelos súditos e menos respeitado por todos, ao mesmo tempo em que o empobrecerá. (1998, p. 75).

A liberdade, portanto, é maléfica, porque torna o príncipe necessitado e odioso e essas são duas qualidades extremamente ruins para a manutenção do poder:

Portanto, há mais prudência em ater-se à reputação de miserável, que engendra uma infâmia que não te faz execrado, do que, ao pretender a fama de liberal, incorrer inevitavelmente na de rapinante, que engendra uma infâmia que te faz odiado. (MAQUIAVEL, 1998, p. 78).

Um príncipe não deve preocupar-se com o fato de ser considerado cruel, e esse é o terceiro conselho, pois é muito mais respeitado e governa com mais estabilidade o príncipe que é temido, do que aquele que é amado. Em verdade, segundo o autor, o príncipe temido costuma ser muito mais piedoso com seu povo do que aquele que, para cultivar sua bondade, permite uma série de desordens, das quais podem nascer assassinatos e rapinagem, diz Maquiavel. Em O Príncipe encontramos a seguinte passagem:

[...] E se os homens têm menos receio de conspirar contra aquele que se faz estimar que contra aquele que se faz temer é porque a estima mantém-se à mercê de um compromisso (ético), o qual, por serem homens perversos, sempre vê-se rompido em favor de interesses pessoais, ao passo que o temor está assente sobre um medo de punição que não os abandona jamais. (MAQUIAVEL, 1998, p. 80-81).

O quarto conselho que Maquiavel dá àquele que pretende ser um verdadeiro príncipe é que, para combater seus inimigos, faça uso da lei, característica humana, e da força, característica do animal:

Assim, devemos saber que existem dois modos de se combater: um, com as leis; o outro, com a força. O primeiro modo é o próprio do homem; o segundo, dos animais. Porém, como o primeiro, muitas vezes, mostra-se insuficiente, impõe-se um recurso ao segundo. Por conseguinte, a um príncipe é necessário saber valer-se dos seus atributos de animal e de homem. (MAQUIAVEL, 1998, p. 84).

Para fazer uso correto da força, o príncipe deve ser astuto como a raposa, que desfaz todas as armadilhas, e feroz como leão, que aterroriza os lobos, diz

Maquiavel. Nesse sentido, o príncipe não pode preocupar-se com o fato de estar sendo bom ou mau; deve, antes, procurar vencer e conservar o Estado.

Se um príncipe não é odiado nem desprezado, quando se mostra volúvel, leviano, irresoluto, terá condições de manter seu domínio sem grandes problemas. Duas devem ser as razões de receio para um príncipe, e é esse o último conselho de Maquiavel: fatos de ordem interna ou de ordem externa ao seu principado. Os primeiros consistem em o povo se rebelar ou alguns poderosos conspirarem contra o poder do príncipe; os segundos referem-se a ameaças que partem de poderosos de outros principados. Maquiavel dá sua “receita” para isso:

Enquanto não se atentar nem contra o patrimônio, nem contra a honra dos homens em sua universalidade, estes viverão satisfeitos, e a combater restará tão somente a ambição de uns poucos, ambição esta que de várias maneiras e com facilidade poder-se-á refrear. (1998, p. 88).

Para *conservar o poder*, o príncipe se faz uso da *virtù*, da fortuna e da força (violência). O poder que nasce da própria natureza humana encontra sua base na força, mas, o importante é a sabedoria no uso da força; ao governante para se manter no poder não basta ser simplesmente o mais forte; ele deve possuir *virtù* para manter o domínio adquirido.

Para ele, a *virtù*, é a “qualidade do homem que o capacita a realizar grandes obras e feitos”, o “poder humano de efetuar mudanças e controlar eventos”, o “pré-requisito da liderança”, é a motivação interior, a força, a vontade que induz os homens, individualmente ou em grupo, a enfrentar a fortuna, a deusa que forma o contrapeso da *virtú*. A fortuna é o acaso, o curso da história, o destino cego, o fatalismo, a necessidade natural. Pinzani, nos ajuda a entender dizendo o seguinte:

A *virtú* não possui nenhuma qualidade moral. Consiste muito mais numa mescla de qualidades diversas e, em parte, opostas, cujo o valor só pode ser julgado a respeito de sua aplicabilidade na práxis política: coragem, valentia militar, magnanimidade, resistência, prudência e sobretudo a capacidade de reagir da maneira melhor em cada situação [...] o homem virtuoso sabe adaptar-se as diferentes ocasiões. (2004, p.42).

Aranha, coloca muito bem em seu livro, como Maquiavel entendia o conceito de virtude, ajudando-nos a entender ainda mais:

Diferente da tradição cristã, ao usar o termo *virtú* Maquiavel retoma o conceito clássico de virtude: *virtú* em latim, é poder, potência, vigor, ou seja, é a qualidade viril do homem [...] o homem de *virtú* é aquele capaz de imprimir mudanças no curso da história e realizar grandes obras. Portanto, o príncipe virtuoso não é o príncipe bom e justo, mas aquele cuja virtude se encontra na atividade [...] Em suma, a *virtú* política consiste na força que permite conquistar e manter o poder. (ARANHA, 1996, p. 61).

Referente à fortuna, diz Maquiavel, é sempre favorável a quem souber agarrá-la. Ela oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la. Fortuna é sorte (boa ou má), acaso ou oportunidade (propícia ou desfavorável). No caso do príncipe, é o momento certo, antecipadamente calculado por ele; momento no correr do tempo, porém, o momento com certeza de êxito garantida pela perspicácia do príncipe.

A fortuna era uma deusa que possuía os bens que o homem deseja possuir: honra, riqueza, glória e poder. Era importante seduzi-la antes que outros o fizessem. Como era deusa-mulher, era necessário mostrar-se homem de inquestionável coragem. Desta forma o homem que possuísse uma *virtù* no mais alto grau seria agraciado com a fortuna. Maquiavel, na sua obra *O Príncipe*, monta um cenário para comprovar que é possível estabelecer uma aliança com a *virtù*, pois parece haver um sentido de complementaridade e não de sobreposição.

A fortuna em Maquiavel é mais uma força obscura e cega do que uma entidade pessoal, dotada de vontade e de fins próprios. Nedel (1996, p. 37), coloca que a fortuna aparece no curso dos atos humanos como o acaso, o inesperado, o que escapa ao cálculo e à previsão, a indeterminação do mundo, a força de oposição, o obstáculo a ser transposto, a marginalidade incontrolável a cujos golpes é importante saber escapar. Aranha (1996, p. 62) acrescenta, “fortuna é o contrapeso da *virtù*: o príncipe virtuoso não deve deixar escapar a ocasião, assim como aquele que apenas tem a ocasião, mas não é virtuoso, não passa de um oportunista que não conseguirá se manter no poder.” Com isso deixa transparecer, que as duas se encontram, é preciso equilibrar e aí está o segredo, por assim dizer, de saber usar ambas em cada momento. O sucesso depende também das circunstâncias, dos acontecimentos de ocasião, da eventualidade da fortuna também. Para Maquiavel, a fortuna decide metade das ações. Encontramos em *O Príncipe* a seguinte passagem:

[...] Creio poder ser verdadeira a arbitragem da fortuna sobre nossas ações, mas que ela tenha-nos deixado o governo da outra metade, ou cerca disso, e eu a comparo a um destes rios torrentosos que, em sua fúria, inundam os planos, assolaram as árvores e as construções [...], todos, então, fogem ao seu irromper, nenhum homem resiste ao seu ímpeto, cada qual incapaz de opor-lhe um único obstáculo. Contudo, embora seja tal natureza, quando as águas correrem quietamente é possível de obrar previamente diques e barragens, de sorte que, quando vier novas cheias, as águas correm por um canal, ou que seu ímpeto não seja tão incontrolável, avassalador.”[...] de um modo análogo intervém a fortuna, a qual manifesta o seu poder onde não há forças (*virtú*) organizadas que lhe resistam; ela, que volve o seu furor aos

locais onde sabe que não foram construídos nem diques nem barragens para freá-la. (MAQUIAVEL, 1998, p. 120).

Por fim, há ainda uma "terceira via", além da virtude e da boa sorte, para galgar-se ao poder num estado: *o crime*. É o caso de muitos tiranos que, apoiados pelas milícias, deslocam por meios sangrentos (em conspirações ou golpes seguidos de assassinatos) os antigos mandantes e assumem o poder para si.

Para Maquiavel, que circulou por muito tempo pelas cortes, não há nenhuma sanção a fazer, desde que a porção de maldade inicialmente utilizada para ascender, não mais se repita. A vilania e o crime, por vezes, são degraus para chegar-se ao topo, mas depois de nele instalado recomenda-se ao príncipe desfazer-se da escada suja de sangue que ele teve que galgar. As "maldades negativas", ou maldades verdadeiramente ruins, por assim dizer, são aquelas que não cessam nunca, "que aumentam ao invés de se extinguirem".

É sempre melhor, aconselhou, praticar a ofensa de uma só vez, de imediato, enquanto que os benefícios devem ser feitos aos poucos. O mal, tal como um purgante, deve ser aplicado instantaneamente, todo de uma só vez pela goela abaixo, enquanto que o bem deve ser ministrado aos poucos, como se fora uma iguaria, apreciada colher a colher. O mesmo se dá com as injúrias. Para ele, o mal, inerente ao homem, é um instrumento da política que somente deve ser condenado se aplicado de modo exagerado ou fora de propósito, prejudicando o bom andamento do governo, trazendo-lhe instabilidade. Há, pois um mal "bom", o que impõe a ordem, e um mal "ruim", o que gera desordem a longo prazo.

Por fim, para Maquiavel existem dois tipos de crueldades: as bem praticadas e as mal praticadas. As bem praticadas, são as que se cometem todas ao mesmo tempo, no início do reinado, a fim de prover a segurança do novo Príncipe. Parecem menos amargas, ofendem menos.

As crueldades mal praticadas são aquelas que se arrastam, se renovam, e pouco numerosas no princípio se multiplicam com o tempo em vez de cessarem. Os súditos perdem, então, o sentido de segurança.

Maquiavel afirma que o príncipe tem que ser como um centauro: ele tem que saber dosar, usar as duas naturezas, a bondade e a maldade, e que qualquer uma sem a outra não é duradoura. Isto é, ele deve ser um calculista, pensar bem seus atos, pautando nos fatos que acontecem para não se deixar influenciar por uma ou por outra. Com isso, tendo em vista as noções de *virtù*, fortuna e violência, fica claro

que o príncipe para se manter no poder, supõe que tenha sabedoria para se adequar a cada situação, tendo em vista o êxito da conquista ou a manutenção do poder, como dito.

Temos assim, na concepção de Maquiavel, o quadro completo de como conquistar e de como manter-se no poder. Analisarei agora, o modelo de Estado que Maquiavel propõe.

3.4 O novo modelo de Estado

O termo Estado começa a ser usado no Renascimento. Considera-se Maquiavel ser o pensador que começou a delinear os contornos da doutrina. Pois, segundo Aranha, a palavra Estado substitui a *polis* dos gregos e a *civitas* romana (ou república, como conjunto das instituições políticas).

Para Maquiavel as coisas da política não eram da esfera da Igreja, que devia limitar-se aos assuntos da República dos Céus, mas sim, do príncipe. O Príncipe é quem deveria assumir o controle do Estado. Ele deve reunir, para tal, uma série de condições, tal como concentrar em si a astúcia da raposa e a coragem do leão, diz Maquiavel em *O Príncipe*. Inclusive ser dissimulado e perjuro se a segurança do Estado assim o exigir. E deve eliminar, sem contemplação ou hesitação, tudo aquilo que possa ameaçá-lo, preferindo ser temido a ser amado, pois ele sempre tem em conta a volubilidade humana.

Referente ao sentido de Estado, defendido por Maquiavel em *O Príncipe*, nos diz em seu livro, Nivaldo Júnior a seguinte afirmação:

Com Maquiavel, o Estado é espaço de poder puramente humano, onde não há lugar para fantasias, para discursos bonitos ou palavras empolgadas [...]. o fim visado por ele, em última análise, é o fortalecimento do Estado. Considera que os homens, por si mesmos são maus [...]. Se os homens são maus por natureza, a única salvação para a sociedade é um Estado centralizado, simbolizado, por um governo forte, capaz de tudo pela glória [...]. (2004, p. 32).

Maquiavel, ao refletir a realidade de sua época, elaborou não uma teoria de Estado moderno, mas sim, uma teoria de como se formam os Estados, de como na verdade se constitui um Estado moderno. Para alguns pensadores, isso é o começo da ciência política, entendida como algo autônomo, separado da moral e da religião.

Para Maquiavel, se fazia necessária a intolerância religiosa como requisito na formação deste Estado forte. Ele entendia ainda que desta forma, seriam extintas as

invasões estrangeiras que tanto atingiam os assuntos internos da Itália. *Em O Príncipe*, Maquiavel coloca uma espécie de receita, por assim dizer, e escreve “Por isso, um príncipe cauteloso deve conceber um modo pelo qual os seus cidadãos, sempre e em qualquer situação, percebam que ele e o Estado lhes são indispensáveis. Só então aqueles ser-lhe-ão sempre fiéis.” (MAQUIAVEL, 1998, p. 49)

Vemos, nesta “receita”, que Maquiavel enfatiza que o Estado é o bem maior, sendo o príncipe que o torna tal. O Estado para ele, não pode depender do povo, ele deve ser auto-sustentável, auto-suficiente; sendo assim, terá sempre êxito. O fortalecimento do Estado passa a ser, portanto, algo necessário. Segundo Maquiavel, o Estado com poder centralizado proporciona proteção, inclusive para seu condutor. Com isto, a idéia de liberdade do homem é posta de lado, abrindo espaço para a capacidade de este mesmo homem viver em sociedade, sempre em detrimento do poder centralizado.

Para Maquiavel, o Estado, nesta condição, é capaz de produzir suas próprias leis - um Estado autônomo e criador de política. Estas são estabelecidas também para conter os conflitos sociais, que no início serviram como "combustível" para alimentar a necessidade da formação do Estado Absolutista. Gruppi, ajuda-nos a entender de forma mais clara, qual seria o novo Estado a que Maquiavel se refere, dizendo o seguinte:

O Estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, segundo afirmava Aristóteles. Também não é mais - como para os pensadores da Idade Média - uma preparação dos homens ao Reino de Deus. Para Maquiavel, o Estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis. (1980, p. 10).

Portanto, fica claro que o Estado que Maquiavel defende, não tem ligação com a Igreja; é independente. Para sua prosperidade é válido que o príncipe use meios até agressivos contra o povo. O príncipe deve ser astucioso e não provocar a ira no povo, agindo sempre com virtú, contando com a ajuda do povo, para, assim, conseguir a estabilidade do Estado.

A obrigação maior dele é vencer e manter o Estado, não importando os meios utilizados para tanto. Se ele tiver sucesso nisso, sempre será louvado e honrado por todos, porque o quê importa é a aparência e o resultado final da sua política, e não os pecados em que incorreu ou os métodos de que ele se socorreu para mantê-los.

No próximo capítulo, abordo esta questão de forma mais precisa, no sentido de como fica a moral dentro deste contexto, ou seja, como se vai dar a ruptura entre a moral e a política.

4 ÉTICA E POLÍTICA NO PRÍNCIPE

Para que se entenda a ruptura que Maquiavel propõe, torna-se necessário dois movimentos: O primeiro, entendermos a concepção de moral e política antes de Maquiavel perpassando o período grego até o cristianismo e, o passo a seguir, é averiguar a moral e política na sua obra *O Príncipe*, para então abordar o entendimento da ruptura causada pelo pensamento do autor tratado.

4.1 A moral e a política antes de Maquiavel

Para entender o problema abordado (ética e política, e Máquiavel) é importante, mesmo que de forma sucinta e não acabada, se ter presente a concepção de ética construída desde os gregos, bem como na tradição cristã. Como afirma Vázquez em seu livro: *Ética*:

Os problemas éticos são objeto de uma atenção especial na filosofia grega exatamente quando se democratiza a vida política da antiga Grécia e particularmente de Atenas. Ao naturalismo dos filósofos do primeiro período (aos Pré-socráticos), sucede uma preocupação com os problemas do homem, e, sobretudo, com os problemas políticos e morais. As novas condições que se apresentam no século V em muitas cidades gregas- e em especial em Atenas- com o triunfo de democracia escravista sobre o domínio da velha aristocracia, com a democratização da vida política, com a criação de novas instituições eletivas e com o desenvolvimento de uma intensa vida pública, deram origem a filosofia política e moral. As idéias de Sócrates, Platão e Aristóteles neste campo estão relacionadas com a existência de uma comunidade democrática limitada e local (o Estado-cidade ou polis), ao passo que a filosofia dos estóicos e dos epicuristas surge quando este tipo de organização social já caducou e a relação entre o indivíduo e a comunidade se apresenta em outros termos. (2005, p. 268).

A ética grega surge com a especulação dos filósofos sobre os costumes do seu tempo e das cidades, isto é, além das práticas habituais de conduta, também as crenças de caráter religioso aí implicadas. Já nos pré-socráticos, encontramos algumas reflexões com o intuito de descobrir as razões pelas quais os homens devem comportar-se de determinada maneira.

Em geral, podemos dizer que as grandes obras literárias gregas que tratam das reflexões éticas são anteriores ou contemporâneas de Sócrates. Porém, a essência da filosofia ética, como reflexão sobre a conduta humana, lhe é posterior.

Podemos constatar que os trabalhos dos pré-socráticos são muito mais preceitos de moralidade (como é o caso dos fragmentos de Heráclito, 110, 111, 112) do que propriamente reflexões éticas. Como exceção, temos a teoria heraclitiana da justiça e a concepção democritiana do bem moral. A *Dike* (justiça), para Heráclito, trabalha com as noções de erro e reparação. Ela designa a punição ou a correção infligida a quem ultrapassa a medida e perturba a ordem entre os elementos do mundo, pois a ordem do *kosmos* ou da *physis* tem um caráter ético, político e estético.

Xenófanes é o primeiro pensador que tenta dissociar o estudo do mundo humano e divino. O mundo dos deuses e o cosmos só conhecem a justiça e a harmonia, diferente do mundo humano, onde também encontramos hostilidade, conflitos, injustiça e retribuição. Assim, a conduta do homem deve ser entendida por princípios diferentes dos aplicados para compreender o cosmos. Estas críticas à teologia ingênua de Homero e Hesíodo encontradas nos fragmentos de Xenófanes provavelmente preparam o caminho para a emergência do racionalismo ético que virá um século mais tarde.

Sócrates inova tanto no estilo da pesquisa ética quanto na compreensão da *arete* (virtude). O elemento mais surpreendente do pensamento socrático é a sua convicção em afirmar que a racionalidade, ou o saber, é um meio de progredir até a virtude. Um certo processo de pesquisa racional, o *elenchos* (meio de prova, argumento, investigação), permite estabelecer um conjunto de certezas que forma o conteúdo da Ética. Sem um exato saber não é possível uma ação justa e sempre que há saber, a ação justa resulta automaticamente. O saber é a raiz de toda ação ética, e a ignorância, a fonte de todos os erros.

Vázquez:

Portanto, a ética socrática é racionalista. Nela encontramos: a) uma concepção de bem (como felicidade da alma) e do bom (como o útil para felicidade); b) a tese da virtude (areté)- capacidade radical e última do homem- como conhecimento, e do vício como ignorância (que age mal porque ignora o bem; por conseguinte, ninguém faz o mal involuntariamente) e c) a tese, de origem sofista, segunda a qual a virtude pode ser transmitida ou ensinada. (2005, p. 270).

Os gregos, em geral, não conceberam vida ética sem ter a felicidade por recompensa. Sócrates defende a tese segundo a qual os homens perseguem a forma humana do bem, isto é, a felicidade. A *eudaimonia* é definida, na Grécia antiga, a partir da procura dos bens reais, os quais têm um valor objetivo e que sustentam o fim da ação humana. A partir de Sócrates, e graças a ele, a ética grega passa a ser centrada no agente. O desenvolvimento ético do indivíduo resulta na formação e na perfeição de seu caráter ético.

Platão quer resgatar o velho sentido da Ética, da Justiça e da Moral, perdidos durante o período de crescimento e enriquecimento de Atenas, contaminados pela hipocrisia; é a "volta a uma sociedade mais simples". Mas não uma volta ao passado real, antes a um passado imaginário situado em algum lugar no futuro; no qual os velhos valores possam orientar uma sociedade estável que tende à perfeição.

Assim à dissociação entre o mundo real e os valores éticos, Platão contrapõe a necessidade de uma reconstrução da sociedade segundo estes valores, por mais radical que ela possa parecer. O eixo da ampla reforma sugerida por Platão para construir a sociedade perfeita é a substituição da plutocracia que reinava na Atenas Imperial dos mercadores por uma "timocracia do espírito" na qual os governantes seriam os melhores dentre os homens de seu tempo em termos de conhecimento e sabedoria. Vázquez diz que:

A ética de Platão depende, intimamente, como a sua política: a) da sua concepção metafísica (dualismo do mundo sensível e do mundo das idéias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e têm como cume a Idéia do Bem, divindade, artífice ou demiurgo do mundo); b) da sua doutrina da alma (princípio que anima ou move o homem e consta de três partes: razão, vontade ou ânimo, e apetite; a razão que contempla e quer racionalmente é a parte superior, e o apetite, relacionado com as necessidades, é a inferior). (2005, p. 270).

No pensamento de Platão, portanto, o reencontro da ética e da realidade se dá através de uma grande reforma social, política e econômica que torne a cidade mais simples, mais desligada dos valores materiais; mais igualitária. A preservação desta nova cidade só poderia ser feita se o poder fosse centralizado neste estrato dominante dos guardiães para os quais a simplicidade e a privação deveriam ser ainda mais rígidos.

No sistema aristotélico, a ética é uma ciência menos exata na medida em que se ocupa com assuntos passíveis de modificação. Ela não se ocupa com aquilo que no homem é essencial e imutável, mas daquilo que pode ser obtido por ações

repetidas, disposições adquiridas ou de hábitos que constituem as virtudes e os vícios. Seu objetivo último é garantir ou possibilitar a conquista da felicidade.

Segundo Aristóteles, toda a atividade humana, em qualquer campo, tende a um fim que é, por sua vez um bem: o Bem Supremo ou Sumo Bem, que seria resultado do exercício perfeito da razão, função própria do homem. Assim sendo, o homem virtuoso é aquele capaz de deliberar e escolher o que é mais adequado para si e para os outros, movido por uma sabedoria prática em busca do equilíbrio entre o excesso e a deficiência:

A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio termo (o meio termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria). Trata-se de um estado intermediário, porque nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações, enquanto a excelência moral encontra e prefere o meio termo. Logo, a respeito do que ela é, ou seja, a definição que expressa a sua essência, a excelência moral é um meio termo, mas com referência ao que é melhor e conforme ao bem ela é um extremo. (ARISTÓTELES, 1992, p. 42).

Aristóteles, não só organizou a ética como disciplina filosófica mas, além disso, formulou a maior parte dos problemas de que, mais tarde, iriam ocupar-se os filósofos morais: relação entre as normas e os bens, entre a ética individual e a social, relações entre a vida teórica e a prática, classificação das virtudes, etc. Sua concepção ética privilegia as virtudes (justiça, caridade e generosidade), tidas como propensas tanto a provocar um sentimento de realização pessoal àquele que age quanto simultaneamente beneficiar a sociedade em que vive. A ética aristotélica busca valorizar a harmonia entre a moralidade e a natureza humana, concebendo a humanidade como parte da ordem natural do mundo, sendo, portanto, uma ética conhecida como naturalista.

A Ética de Aristóteles - assim como a de Platão - está unida à sua filosofia política, já que para ele a comunidade social e política é o meio necessário para o exercício da moral. Somente nela pode realizar-se o ideal da vida teórica na qual se baseia a felicidade. O homem moral só pode viver na cidade e é, portanto, um animal político, ou seja social. Apenas deuses e animais selvagens não têm necessidade da comunidade política para viver. O homem deve necessariamente viver em sociedade e não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado e sim, no seio, de uma comunidade. Por fim, sobre a ética, Aristóteles pregava a moderação para que se pudesse ter uma vida equilibrada e harmônica.

O Cristianismo se eleva sobre o que restou do mundo greco-romano e no século IV torna-se a religião oficial de Roma. Com o fim do "mundo antigo" o regime de servidão substitui o da escravidão e sobre estas bases se constrói a sociedade feudal, extremamente estratificada e hierarquizada. Nessa sociedade fragmentada econômica e politicamente, verdadeiro mosaico de feudos, a religião garantia uma certa unidade social.

Por este motivo a política fica dependente dela e a Igreja Católica passa a exercer, além de poder espiritual, o poder temporal e a monopolizar também a vida intelectual. Evidentemente a ética fica sujeita a este conteúdo religioso. Os filósofos cristãos tiveram uma dupla atitude diante da ética. Absorveram o ético no religioso, edificando um tipo de ética que hoje chamamos de *teônoma*, que fundamenta em Deus os princípios da moral. Como bem coloca Vázquez sobre este aspecto:

Deus, criador do mundo e do homem, é concebido como um ser pessoal, bom, onisciente e todo-poderoso. O homem, como criatura do Deus, tem seu fim último em Deus, que é o seu bem mais alto e o seu valor supremo. Deus exige a sua obediência e a sujeição a seus mandamentos, que neste mundo humano, terreno, têm o caráter de imperativo supremos. (2005, p. 276).

A ética cristã é uma ética subordinada à religião num contexto em que a filosofia é "serva" da teologia. Temos então uma ética limitada por parâmetros religiosos e dogmáticos.

É uma ética que tende a regular o comportamento dos homens com vistas a um outro mundo (o Reino de Deus), colocando o seu fim ou valor supremo fora do homem, na divindade. Recorremos a Vázquez que explicita bem este aspecto:

Assim, pois, na religião cristã, o que o homem é e o que deve fazer definem-se essencialmente não em relação com uma comunidade humana (como a *polys*) ou com o universo inteiro, mas, antes de tudo, em relação a Deus. O homem vem de Deus e todo seu comportamento- incluindo a moral- deve-se orientar para ele como objetivo supremo. A essência da felicidade (a beatitude) é a contemplação de Deus; o amor humano fica subordinado ao divino; a ordem sobrenatural tem a primazia sobre a ordem natural humana. (2005, p. 276).

É curioso notar que ao pretender elevar o homem de uma ordem natural para outra transcendental e sobrenatural, onde possa viver uma vida plena e feliz, livre das desigualdades e injustiças do mundo terreno, ela introduz uma idéia verdadeiramente inovadora, ou seja, todos seriam iguais diante de Deus e são chamados a alcançar a perfeição e a justiça num mundo sobrenatural, o Reino dos Céus.

Portanto, a ética cristã tende a regular o comportamento dos homens com vistas a outro mundo (a uma ordem sobrenatural), colocando seu fim ou valor supremo fora do homem, isto é, em Deus. Disto decorre que, para ela, a vida moral alcança a sua plena realização somente quando o homem se eleva a esta ordem sobrenatural; e daí decorre, também, que os mandamentos supremos que regulam o seu comportamento, e dos quais derivam todas as suas regras de conduta, procedem de Deus e apontam para Deus como fim último. O cristianismo como religião oferece assim ao homem certos princípios supremos morais que, por virem de Deus, têm para ele o caráter de imperativo absoluto e incondicionado. E é disto que Maquiavel se valerá para dizer que o príncipe deve basear-se por si, por sua virtude e não por esta, a não ser que este aspecto contribua para a manutenção do poder.

4.2 Moral e política no Príncipe de Maquiavel

Para Maquiavel, a política era uma única coisa: *conquistar e manter o poder ou a autoridade*. Tudo o resto - a religião, a moral, que era associado à política nada tinha a ver com este aspecto fundamental; tirando os casos em que a moral e a religião ajudassem à conquista e à manutenção do poder. O objetivo de Maquiavel é o estabelecimento de um poder capaz de garantir a ordem social.

A política e a moral pertencem a domínios diferentes da práxis humana. O sujeito da política é a coletividade, a Pólis. Na esfera da ação política o que importa é a certeza, os efeitos e a fecundidade dos resultados. O criador de cidades terrenas, condutor de homens e do Estado, é julgado pelo sucesso ou fracasso e não por considerações morais cristãs.

Como bem coloca Comparato acerca deste fato:

O alto burocrata florentino foi o primeiro a sustentar, cruamente e sem eufemismo, que a vida pública é regida por uma ética especial, cujos valores supremos são a estabilidade interna e a independência externa da sociedade política. O direito deve servir a essa finalidade maior, e o cumprimento dos preceitos de moral privada e dos mandamentos religiosos há de submeter-se às exigências básicas de respeito à ordem e manutenção da segurança. (2006, p. 155).

Nota-se que, na vida política, a importância dos fins a alcançar, justifica o emprego de quaisquer meios, desde que eficazes.

Apresenta-se, em *O Príncipe*, uma moral diferente daquela á qual se submetem os cidadãos, direcionada para o chefe de um Estado. Dessa forma, a moral do governante tem por finalidade principal a manutenção do Estado, mesmo que isso lhe custe a liberdade de pessoas. Por muitos escritores, chamado como sendo uma dupla moral pois, uma refere-se ao príncipe e a outra ao povo em geral.

Com relação à moral do povo, essa deveria guiar-se por valores que possibilitassem a vida em comunidade (caridade, fé, humanidade, piedade, bondade). Maquiavel não considerava os valores dominantes no seu período histórico como negativos. Pelo contrário, ele considerava que esses valores eram importantes para a manutenção da sociedade, de maneira que o governante, mesmo que fosse obrigado a ir contra tais valores morais, pelo menos aparentasse tê-los. Assim, como aparece em *O Príncipe*, a finalidade de manter o Estado, justifica os meios empregados pelo governante, o que não ocorre com o cidadão comum:

Procure, pois, um príncipe vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo [...]. (MAQUIAVEL, 1998, p. 101).

A análise do capítulo XV de *O Príncipe* é fundamental para se conhecer a questão referente à moral maquiavelana. Nesse capítulo o autor se refere a um aspecto que fundamenta sua maneira de pensar, a diferença entre o real e o idealizado. Ao separar esses dois mundos, Maquiavel analisa as qualidades necessárias ao exercício do poder pelo governante. Maquiavel imagina que o governante deveria agir conforme o momento exigisse, de modo que, caso agisse baseado em uma política idealizada, isso poderia significar o fim de seu Estado, pois, segundo o autor “[...] um homem que de profissão quiser fazer, se permanentemente bom não poderá evitar sua ruína, cercados entre tantos que são maus” (MAQUIAVEL, 1998, p. 73).

Além disso, aparece nesse capítulo a consideração de Maquiavel de que, não sendo possível ser amado e temido ao mesmo tempo, e necessitando o príncipe escolher entre uma delas, é preferível ser temido. Maquiavel mostrou que acreditava menos nos sentimentos de amor do homem do que nos sentimento de medo, ou seja, é mais seguro que o governante transmita medo aos seus súditos do que confiar no amor destes. Os homens segundo Maquiavel, seriam voláteis de acordo com a situação e ingratos pelos benefícios recebidos, e somente coagidos,

sabendo que seriam punidos em caso de desvio, os homens iriam se obrigar com maior vigor com o governante. No entanto, o governante, mesmo não sendo amado, deveria, pelo menos, buscar não ser odiado.

A existência dessa moral implícita em Maquiavel, deduz-se também, de uma tensão não superada em seu pensamento, qual seja, a de partir da idéia de uma natureza humana degenerada, má, volúvel, e ao mesmo tempo expressar constantemente profunda crença na construção de uma sociedade virtuosa. A melhor manifestação dessa tensão encontra-se no último capítulo de *O Príncipe* (capítulo XXVI), onde, explode toda a revolta do autor contra o destino (corrupção) da Itália do seu tempo.

Nesse sentido, Maquiavel escreve alguns conselhos ao príncipe, em sua atuação pública, consiste:

Seguir os ditames da necessidade e adquirir o poder de não ser bom, segundo as circunstâncias; discernir as ocasiões, os momentos oportunos, e agir de acordo com a necessidade ditada pela ocasião, se necessário praticar o mal, aprender a poder não ser bom. (MAQUIAVEL, 1998, p. 73).

Salienta que não deve importar-se de incorrer na infâmia dos vários sem os quais seria difícil conservar o Estado. Para Maquiavel, as chaves do êxito são as artes do engano. Sempre haverá homens que se deixam enganar. O príncipe deve, por isto, saber disfarçar bem sua natureza e ser grande simulador, pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que o enganador encontrará sempre quem se deixe enganar.

Contudo, para Maquiavel em sua moral política, não consiste num conjunto fixo de qualidades morais. Para ele, em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtù* alguma.

Com isso, conforme mencionado anteriormente, fica evidente a dupla moral em Maquiavel nos seus escritos. Uma para o povo em geral, para a vida privada das pessoas, e a outra, para o príncipe, o governante, o negócio público.

4.3 A ruptura

Maquiavel é tido, por alguns, por anti-ético, quando propõe uma separação entre moral e política. Em sua época a moral era tida como conjunto de preceitos religiosos ou seja, a ação política estava fundada em valores cristãos. O que

Maquiavel queria era a separação das virtudes cristãs da política. Com isso o poder do príncipe ganharia força e teria autonomia com relação às decisões que ele viria a tomar.

Skinner (1988, p. 12) em seu livro diz “todavia, a moral que subjaz do pensamento do florentino não é a clássica, ao menos não inteiramente. Ao contrário, estabelece ruptura com a moral da tradição quanto a conduta aconselhada aos príncipes ou governantes”.

De fato, não fundamenta a moral pública numa natureza humana ideal ou em valores transcendentais. Rejeita a ética aristotélica, por não ser confirmada na prática. A notável diferença está na concepção de virtù que ele possui, diferenciando-a de Aristóteles que o considerava como meio termo entre vícios contrários.

De mais a mais, entende que não é só a virtude do homem público que conduz ao bem comum, mas o uso criterioso tanto da virtude quanto da fortuna. Quem se restringe somente a uma não terá êxito; por isso, o príncipe deve ser prudente, deve possuir várias qualidades; se não as tiver, deverá “disfarçar” para demonstrar que as possui.

Maquiavel, separa a postura moral do agir. Para manter o poder deve estar preparado e apto para agir, caso precise, contra os princípios éticos:

[...] não poderá observar todas aquelas condições pelas quais os homens são tidos por bons, porquanto freqüentemente, para conservar-se no poder, terá de agir contra a sua palavra e contra os preceitos da caridade, contra os da humanidade e contra os da religião. Por isso, será preciso que ele possua uma natural disposição para transmutar-se segundo o exijam os cambiantes ventos da fortuna e das circunstâncias, e, como eu dizia acima, que, havendo a possibilidade, ele não se aperte do bem, mas que, havendo necessidade, ele saiba valer do mal. (1998, p. 86).

É verdade, o ideal, segundo Maquiavel, é que o príncipe possa agir em todo tempo sem artimanha e violência. Isto, porém, nem sempre é possível. Quando necessário, e os outros meios são insuficientes, deve recorrer à astúcia, ou mesmo a violência. Tendo que optar entre estes dois meios próprios da natureza animal, é avisado procurar exercer o poder antes pela astúcia, ou pelo engano, do que pela força ou à violência. Todavia, quando houver motivo, poderá até derramar sangue de alguém, deverá fazê-lo para alcançar seus objetivos; portanto, para garantir o

poder segundo ele, “ tu não tens de sentir-te no dever de, em seu favor, honrar tua palavra.” (MAQUIAVEL,1998, p. 85).

Para entendermos melhor o rompimento que Maquiavel fez, torna-se necessário resgatar uma das idéias do cristianismo referente à interferência na política. A postura religiosa que o cristianismo adota, atribui os atos e atitudes a um ser superior (divino) o qual é onipotente. A existência humana é concebida, nesta perspectiva, como relação com este “ser”, do qual tudo depende e ao qual, cada um responde pelos seus atos. Nesse caso, o comportamento ético não depende de uma norma que obriga mediante pressão externa, mas depende da íntima convicção de que aquele comportamento, que nasce do “tu” dito ao Ser Supremo, corresponda à verdade e à justiça, e é o único modo de proceder que afirma a dignidade de quem assim age. Em outras palavras, nesta visão cristã, o poder político é legítimo se for justo, e só será justo se estiver de acordo com a vontade de Deus e a Providencia Divina.

Maquiavel funda uma nova moral que é a do cidadão, do homem que constrói o Estado; uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual, que deveria apresentar-se ao julgamento divino “formosa” e limpa. Diz Maquiavel:

Deverá cuidar para não ser somente bom, pois ele (príncipe) está cercado de homens que não são bons. Assim, é necessário a um príncipe que deseja manter-se príncipe aprender a não usar (apenas) a bondade, praticando-a ou não de acordo com as injunções. (1998, p. 73).

Seu objetivo principal era formular regras eficazes de governo, tendo como base a experiência política antiga e a nova, considerando essa eficácia independente do caráter da moral ou imoral das regras. Para Maquiavel, o poder político nasce do meio que molda o homem, pois, ele necessita de um poder que o controle, como a única forma de evitar o conflito.

A finalidade da política não é, como diziam os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais deva aliar-se aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei.

Maquiavel observou que as virtudes centrais do cristianismo (caridade, perdão aos inimigos, piedade, fé na vida pós-morte) eram obstáculos para a formação do governante e, conseqüentemente, da sociedade que imaginava. Ele não disse que a virtude cristã não era boa, mas que ela tornava impossível a construção de um governante e, conseqüentemente, de um Estado forte. Segundo o autor, teríamos de aceitar os homens tais como os encontramos, e buscar aprimorá-los por caminhos possíveis.

Um detalhe interessante a destacar, em relação à fortuna, outro elemento importante na dominação do Estado e, conseqüentemente na formação do governante. Deveria, segundo Maquiavel, ter sua possibilidade de atuação reduzida, ou seja, o príncipe deveria poder estruturar seu Estado em bases sólidas, de modo que não pudesse ser abalado por turbulências causadas por fatores imprevistos. Dessa forma, o governante necessitaria menos da força da fortuna, à medida que tivesse na própria virtù a sustentação de seu Estado.

Maquiavel foi um pensador que fez cair por terra velhas teorias que haviam sido absolutizadas pelo tempo, de modo a buscar descrever somente o mundo que via. Dessa forma, compreendendo a política de uma maneira relativamente nova, a ele foi creditada a fundação da teoria política.

O *Príncipe* de Maquiavel, provoca escândalo pelo fato de atacar de uma maneira “brutal” crenças e valores que constituem o núcleo da moral cristã. Para ele, existiria uma ética consagrada pelo tempo, a da *polis* grega, da qual os pensadores gregos fornecem uma nítida apresentação, ou seja, fundada no respeito dos bens públicos nas leis da *pólis*. Chauí, referente a este aspecto escreve o seguinte:

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada, pode ser a *virtù* política. Em outras palavras, Maquiavel inaugura a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. O *ethos* político e o *ethos* moral são diferentes e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder. (2002, p. 397).

A teoria maquiavelana confronta diretamente a moral cristã, pois, enquanto para esta, a política deveria realizar-se em consonância com valores morais mais elevados (virtudes), para Maquiavel, a boa ação política não deveria levar em conta valores que fossem incapazes de garantir seu sucesso, mas aqueles que apenas fossem conduzir à meta desejada, que, no caso do *Príncipe*, é a manutenção do Estado. Vistas as imperfeições do ser humano, a doutrina pregada pela Igreja seria

inadmissível como norteadora para o governante, ou seja, um governante guiado pelos valores cristãos poderia deixar que, de frente de uma possível disputa, seu governo padecesse em favor da paz.

Dessa forma, para Maquiavel, é na relação entre moral e política que carrega em si um conjunto de valores diferentes daqueles da moral cristã, que se deve buscar a formação do Estado e do governante. Este passou a ter uma finalidade diferente daquela dos períodos precedentes; passou a ver a manutenção de um Estado forte em face das instabilidades internas e externas, como objetivo máximo para o príncipe, sobrepondo o Estado ao indivíduo isoladamente considerado.

Aranha, destaca bem este rompimento que Maquiavel fez, ao escrever O Príncipe. Ela coloca o seguinte:

Maquiavel torna a política autônoma porque privilegia a reflexão laica, não religiosa, e também porque se recusa a abordar a questão do poder a partir da ética cristã. É autônoma porque busca linguagem e métodos próprios, desvinculados da fé e da moral convencional. O novo método de investigação da política distancia Maquiavel não só do pensamento medieval, mas também da política normativa dos gregos, não discutindo como deve ser o “bom governo”, nem quais são as virtudes do “bom governante” e do “bom cidadão”. Não lhe interessa a política baseada em princípios universais, cuja ação se pauta a partir de modelos abstratos. Interessa, isso sim, observar como os governantes e súditos agem de fato. (1996, p. 47).

E segue a sua afirmação dizendo que “A política não mais se refere ao modelo do bom regime, mas à análise do jogo efetivo das forças que se chocam em circunstâncias muito específicas.” (ARRUDA, 1996, p. 47). Resulta daí o realismo maquiavelano pois: “[...] há, porém, uma tão grande distância entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver [...]” (MAQUIAVEL, 1998, p. 73).

Enfim, o rompimento da moral e da política que Maquiavel causou, é no sentido de que para o Estado conseguir a unidade e estabilidade, são permitidas ao governante certas formas de atuação que, em outras circunstâncias, seriam tidas como imorais e inadequadas. Portanto, o agir do príncipe, exige que o pensamento racional esteja desligado da religião e da moral. Tal busca se justifica pela aspiração de um Estado centralizado e soberano.

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser moral na vida privada pode ser fraqueza na vida pública e vice-versa; o que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser virtú política. Em outras palavras, Maquiavel inaugura a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões

que regulam a moralidade privada dos indivíduos, o *ethos* político e o *ethos* moral são diferentes, e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder. Há ocasiões em que a República exige que o príncipe seja cruel, outras, que ele seja magnânimo e misericordioso. As circunstâncias podem exigir que ele seja astuto e dissimulador, ou, pelo contrário, que ele seja leal e sincero. Sua virtude é medida pelos efeitos benéficos de sua ação para a República.

Por ter inaugurado a teoria moderna da lógica do poder como independente da religião, da ética e da ordem natural, Maquiavel só poderia ter sido visto como “maquiavélico”.

Como consequência desta separação entre moral e política é que nasce a filosofia política moderna, e da qual Maquiavel é um dos patronos.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se pesquisar, analisar e apresentar como se delinea a questão da separação que Maquiavel faz entre moral e política.

Partiu-se da análise do contexto histórico, como forma de compreender melhor a origem do seu pensamento. Nesta, vimos uma sociedade que passava por um período de transição significativo, com muitas trocas de reinados, conflitos e as mais diversas ocupações e invasões de principados. Desta realidade é que deriva todo o anseio de Maquiavel em ver uma Itália prosperadora e de ver um Estado forte e seguro.

A compreensão desses fatos históricos e a interpretação do sentido deles, conduziram a idéia de Maquiavel a uma nova concepção da sociedade e da política. Este é o sentido em que ele difere, dos demais pensadores que abordam a questão da moral e política. A história para ele, é a “mola mestra” dos problemas. Com ela aprendemos como tratar melhor as situações que acontecem na tomada e manutenção do poder.

Maquiavel representou um marco na elaboração da moderna concepção de política. Enquanto a política antiga e a medieval procuravam descrever o bom governo, ditando as regras do governante ideal, Maquiavel verifica como os governantes realmente agem.

O método utilizado para formular sua teoria é o método empírico, ou seja, parte da realidade. Da realidade como ela é e não como deveria ser. Portanto, esta sua reflexão rompe com a tradição pelo fato que esta ficava mais em conceitos e ideais de sociedade, enquanto que Maquiavel pensa esta em termos práticos, em termos realistas, em termos científicos.

O pano de fundo de toda a sua teoria é a questão da conquista e manutenção do poder e do Estado. O fortalecimento do Estado passa a ser, portanto, algo necessário. A moral passa da esfera pessoal para o universal, abandonando

definitivamente o contexto divino. Na concepção de Maquiavel o Estado com poder centralizado dá segurança ao povo e ao seu condutor.

Na obra de Maquiavel destacou-se como pontos importantes a reforma política, o livre exame dos fatos históricos, o ataque às tradições medievais e principalmente a instituição do êxito como única medida do poder do príncipe, em suma, a ruptura do poder temporal com o poder espiritual. Segundo ele, o príncipe deverá ser capaz de compreender o jogo político efetivo nas suas circunstâncias concretas e de identificar as forças do conflito a fim de agir com eficácia. Para essa atuação não ser vã, é necessário admitir que os valores morais que regulam as condutas individuais não se aplicam na ação política.

A recusa do prevalecimento dos valores morais na ação política indica um novo conceito de ordem, impensável na filosofia política medieval. Para Maquiavel a política requer a lógica da força e é impossível governar sem fazer uso da violência. Ora, lembramos de como Maquiavel dava ênfase à importância de um reino ter exército próprio, do treinamento militar dos cidadãos, que devem ser armados para ficarem dependentes e não desconfiados do Estado. Afinal, todo Estado precisa de boas leis e boas armas. Lembramos também de como ele acreditava ser necessário, principalmente ao governante cultivar a virtù, e a fortuna e se preciso for, deve usar a força também para garantir a conquista e manutenção do poder.

Maquiavel via a Igreja também como uma coisa política, e admirava os papas armados que souberam unificar o poder do Estado. Mas se distancia de todo ideal de bom governante católico para defender a necessidade de o príncipe ter autonomia em suas decisões e poder agir de acordo com as circunstâncias para manter a Unidade do Estado. Ao separar a religião da política, transformando a última em uma ciência, Maquiavel adquiriu o status de amoral por seus inimigos. Ele desmantela a validade das virtudes cristãs no governo, tais como a liberalidade e piedade.

A religião para ele, deveria tornar-se política do Estado e deixar de ser política do Papa, porque este, muitas vezes intervinha na vida dos povos que não estavam sob seu poder temporal para defender interesses que não eram dos Estados, levando-os assim a se desagregarem. Nesse sentido, acaba atrofiando, trancando o desenvolvimento do Estado. Este poder exercido pelos papas, sufoca e aliena o povo. Isto é, a doutrina pregada pela Igreja seria inadmissível como norteadora para

o governante, pois, governantes guiados pelos valores cristãos poderiam deixar que, frente uma possível disputa, seu governo padecesse em favor da paz.

A finalidade da política, para ele, não é, como diziam os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar o conservar o poder e que, para isso, jamais deva aliar-se aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. Maquiavel, modifica a visão do que deve ser um bom governante. O governante tem pleno direito de mentir, enganar, viver para a guerra, eliminar os mais poderosos que poderiam vir a ameaçar seu governo, deve ser mais temido do que amado e assim por diante, para salvaguardar o bem do Estado. No entanto, não deve pôr seu interesse particular acima dele.

Concluimos que Maquiavel é o responsável pela autonomia do campo da ciência política, que se desliga das preocupações filosóficas e da política normativa dos gregos, desvinculando-se também da moral cristã.

Dentre outros, estes fatos é que fizeram dele maquiavélico, o grande e tenebroso “Dick”, “diabo” segundo alguns escritores. Mas, na realidade, o que ele fez foi mostrar como as coisas acontecem de fato, ou seja, mostrar a realidade como é.

De fato, a obra do escritor florentino representa um desafio. Há variadas formas de interpretar e é a este fator que digo está a sua verdadeira riqueza. Certamente nem tudo nela é aceitável, mas também, nem tudo é condenável. O trigo e o joio andam juntos, misturados; cabe a cada leitor fazer a sua separação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. **A ética de Nicômaco**. São Paulo: Atena, 2001.

CORTINA, Arnaldo. **O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura**. São Paulo: Unesp, 2000

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: Direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução à história da filosofia: dos pré-Socráticos a Aristoteles**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1980.

NIVALDO JUNIOR, José. **Maquiavel O Poder: história e marketing**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernadodei: **O Príncipe**. Trad. de Antonio Caruccio-Coporale. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MACHIAVELLI, Niccolo. **Comentários sobre a primeira década do Tito Lívio**. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução, Prefácio e notas, Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

NEDEL, José. **Maquiavel: concepção antropológica e ética**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996

PINZANI, Alexandreo. **Maquiavel & O Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REALE, Giovanni, Dario Antiseri. **História da filosofia:** Do Humanismo a Kant. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2003. v. 2.

SKINNNER, Quintin. **As fundações do pensamento político moderno.** Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. Das letras, 1996.

VÁZQUEZ Adolfo Sánchez. **Ética.** 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

VIROLI, Maurizio. **O sorriso de Nicolau:** história de Maquiavel. Tradução Valéria pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.